



CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

CONTROLADOR INTERNO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **06**:

Brasil precisa abraçar a velhice

O Brasil não escapa à urgência de aceitar-se velho. Projeções recentes do IBGE deixam evidente que, se não começar a se ajustar agora à nova configuração etária que se molda de forma acelerada, o país corre o risco de ver estruturas sociais debilitadas colapsarem. Até 2030 — ou seja, em menos de cinco anos —, o Brasil terá mais idosos do que crianças. Pouco tempo depois, em 2046, os 60 formarão a maior fatia populacional do país, chegando a 28%, quase o dobro do percentual atual.

Viver e fazer planos em um país majoritariamente idoso será, sem dúvidas, um desafio. E não faltam sinais de que o Brasil resiste a enfrentar a “verdade das coisas”. No campo da saúde, a falta de profissionais especializados é gritante. A estimativa do Conselho Federal de Medicina é de que seriam necessários mais 29 mil geriatras para dar suporte à atual população idosa conforme as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) — hoje são apenas 2.670 profissionais, contra 48.650 pediatras.

Pratica-se também no Brasil violência contra os idosos, em todas as suas formas. Em 2023, foram registradas 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Considerando o fato de que os filhos são os principais agressores, ao menos a metade deles, é razoável afirmar que o número real de vítimas é muito maior.

Não está velado, porém, que a maioria das vítimas é mulher e que os crimes envolvem de negligência a violência psicológica, passando por abusos físicos e financeiros. Diante de um compilado tão diverso de agressões, a adequação das estruturas de segurança e de suporte às vítimas deve ser prioridade. Delegacias especializadas, agentes qualificados e refúgio aos vulneráveis — quase sempre pessoas que também sofrem com a autonomia comprometida — estão entre as demandas de agora.

Há ainda que se adaptar o sistema previdenciário, o mercado de trabalho, as estruturas das cidades, os acessos a lazer e cultura. Tudo isso considerando as especificidades de um país diverso e continental: os idosos que vivem hoje em favelas, como as fluminenses, têm dificuldades de chegar aos serviços do Estado que não sobem o morro, por exemplo. Abraçar a velhice exige do Brasil planejamento e, sobretudo, ação. O país, infelizmente, tem perdido a oportunidade de usufruir da longevidade conquistada de uma forma mais justa e sustentável.

(Editorial, 29.04.2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao>. Adaptado)

01. As informações do texto permitem concluir que

- (A) o Brasil consegue administrar satisfatoriamente o cuidado com a velhice, ainda que sua diversidade e sua proporção continental possam dificultar as ações.
- (B) os idosos brasileiros vivem expostos à violência e à carência de serviços, havendo uma preocupação com o cenário que poderá surgir em um futuro próximo.
- (C) a atenção à pessoa idosa no Brasil atende às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), já que o país conta hoje com 48.650 profissionais da área.
- (D) os idosos brasileiros têm enfrentado a questão da violência doméstica, porém acredita-se que o número de casos de agressão física ou psicológica esteja diminuindo.
- (E) a principal demanda dos idosos brasileiros está relacionada a questões financeiras, das quais decorrem as brigas com os filhos e a impossibilidade de manter autocuidados.

02. No título do texto, “Brasil precisa **abraçar** a velhice”, o verbo destacado está empregado em sentido figurado, da mesma forma que o verbo destacado em:

- (A) Pouco tempo depois, em 2046, os 60 **formarão** a maior fatia populacional do país... (1º parágrafo)
- (B) **Viver** e fazer planos em um país majoritariamente idoso será, sem dúvidas, um desafio. (2º parágrafo)
- (C) **Pratica-se** também no Brasil violência contra os idosos, em todas as suas formas. (3º parágrafo)
- (D) ... quase sempre pessoas que também **sofrem** com a autonomia comprometida... (4º parágrafo)
- (E) ... os idosos [...] têm dificuldades de chegar aos serviços do Estado que não **sobem** o morro... (5º parágrafo)

03. Considere as passagens a seguir:

- Até 2030 — **ou seja, em menos de cinco anos** —, o Brasil terá mais idosos do que crianças. (1º parágrafo)
- Viver e fazer planos em um país majoritariamente idoso será, **sem dúvidas**, um desafio. (2º parágrafo)
- **Há ainda que** se adaptar o sistema previdenciário, o mercado de trabalho, as estruturas das cidades, os acessos a lazer e cultura. (5º parágrafo)

Na organização das informações textuais, as passagens destacadas expressam, correta e respectivamente, ideias de

- (A) detalhamento; incerteza; probabilidade.
- (B) exclusão; incerteza; possibilidade.
- (C) explicação; afirmação; necessidade.
- (D) exclusão; afirmação; necessidade.
- (E) explicação; justificativa; possibilidade.

04. Considere as passagens a seguir:

- ... o país corre o risco de ver estruturas sociais debilitadas **colapsarem**. (1º parágrafo)
- Viver e fazer planos em um país **majoritariamente** idoso será, sem dúvidas, um desafio. (2º parágrafo)
- Não está **velado**, porém, que a maioria das vítimas é mulher e que os crimes envolvem de **negligência** a violência psicológica... (4º parágrafo)

Conforme o contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente,

- (A) ruírem; excepcionalmente; demonstrado; desatenção.
- (B) arruinarem-se; preponderantemente; ocultado; incúria.
- (C) regredirem; principalmente; pressuposto; desmazelo.
- (D) estabilizarem-se; eventualmente; implícito; agressão.
- (E) despencarem; prevalecentemente; determinado; ofensa.

05. Sem prejuízo ao sentido original e à norma-padrão, a frase “Em 2023, foram registradas 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.” (3º parágrafo) está corretamente reescrita em:

- (A) Em 2023, registrou-se 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, haja vista dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
- (B) Em 2023, tinham registrado 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, de acordo os dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
- (C) Em 2023, registraram-se 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, consoante dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
- (D) Em 2023, tinha-se registrado 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, conforme dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
- (E) Em 2023, foram registrado 390 queixas de denúncias de violência contra os mais velhos por dia, com base em dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

06. O termo destacado estabelece relação de sentido de oposição em:

- (A) ... **se** não começar a se ajustar agora à nova configuração etária que se molda de forma acelerada, o país corre o risco de ver estruturas sociais debilitadas colapsarem. (1º parágrafo)
- (B) Viver e fazer planos em um país majoritariamente idoso será, sem dúvidas, um desafio. **E** não faltam sinais de que o Brasil resiste a enfrentar a “verdade das coisas”. (2º parágrafo)
- (C) ... seriam necessários mais 29 mil geriatras **para** dar suporte à atual população idosa conforme as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS)... (2º parágrafo)
- (D) Considerando o fato de **que** os filhos são os principais agressores, ao menos a metade deles, é razoável afirmar que o número real de vítimas é muito maior. (3º parágrafo)
- (E) Não está velado, **porém**, que a maioria das vítimas é mulher e que os crimes envolvem de negligência a violência psicológica, passando por abusos físicos e financeiros. (4º parágrafo)

Uma viagem de saudades

Ela saíra aos dezessete anos, trinta anos atrás. Deixou noivo e uma promessa de emigrarem juntos para a América logo que voltasse da viagem que duraria três meses. Ia conhecer o pai, que, por causa de uma hipótese de traição, tinha jurado nunca mais voltar à ilha Brava.

Dos três meses iniciais a ausência durou trinta anos e três dias. Voltava agora. Intacta. Para casar com o primeiro namorado, moço bonito, branco e de cabelo fino; tão fino como qualquer francês. Voltava e nunca mais, em nome de coisa nenhuma, se separariam.

Contou-me todos os sonhos da sua juventude, os segredos, os jogos partilhados com o noivo, as esperanças e as certezas.

Era a primeira vez, naqueles anos todos, que falava do assunto e abria o coração, porque dantes não valia a pena.

Mas agora que estava tão perto da ilha Brava, só lhe apetecia falar dele, dele e mais dele e da certeza de se casarem que sempre guardou.

Disse-me o nome do homem e teve que o repetir umas duas vezes para eu o ligar à pessoa que conhecia, atarracado pelos anos e pelas gorduras, careca, avermelhado pelo grogue*.

Não disse nada à rapariga de dezessete anos, que estava à minha frente trinta anos depois.

Ela casara em França, foi feliz, foi infeliz, viveu e morreu como todos nós nesses anos todos; mas era como se o tempo lhe tivesse poupado o coração; como se a esperança não tivesse sofrido um lanho* que fosse, enquanto estivera ausente.

Podia ter-lhe dito que voltasse para a França, para junto da filha e dos netos e que esquecesse os antigos amores que só devem existir na lembrança guardada, mas fiquei calado e nem pude sorrir para ela e desejar-lhe sorte quando se levantou do caixote para embarcar no Forna a caminho da sua ilha e do seu homem.

Nunca mais a vi. Nem gostaria de a ter visto. Para que saber de anseios sem resposta.

(Dina Salústio. *Mornas eram as noites*. Adaptado)

*Grogue: aguardente.

**Lanho: ferimento.

07. Ao relatar a conversa com a moça, o narrador deixa claro que ela

- (A) voltava à ilha Brava com o mesmo coração de jovem apaixonada de 30 anos atrás, a despeito de todas as felicidades e infelicidades que veio a viver durante esse tempo.
- (B) continuava apaixonada pelo namorado de 30 anos atrás, mas, embora quisesse muito revê-lo, havia algo em seu coração que a tornava temerosa pelo que encontraria.
- (C) ignorou tudo o que ele disse em relação ao noivo deixado na ilha Brava 30 anos atrás, porque ela acreditava que este a esperava com o mesmo sentimento de então.
- (D) contou toda a sua história de amor com a esperança de que ele revelasse a condição atual do noivo deixado na ilha 30 anos atrás, o qual ela queria saudável e bonito.
- (E) tinha consciência de que o noivo de 30 anos atrás deveria estar muito mudado e, por isso, depois de vê-lo, voltaria imediatamente para junto da filha e dos netos.

08. Em relação à passagem “Voltava agora. Intacta. Para casar com o primeiro namorado, moço bonito, branco e de cabelo fino; tão fino como qualquer francês.” (2º parágrafo), é correto afirmar que

- (A) o advérbio “agora” se refere ao momento em que o narrador está contando a história.
- (B) o adjetivo “Intacta” se refere ao substantivo “ausência”, com sentido de inabalada.
- (C) a expressão “o primeiro namorado” se refere ao marido que a personagem teve em França.
- (D) a expressão “moço bonito, branco e de cabelo fino” tem função explicativa na frase.
- (E) os adjetivos em “cabelo fino; tão fino” expressam o mesmo sentido nas duas ocorrências.

09. A reescrita de informações do texto atende à norma-padrão de regência em:

- (A) Ia conhecer o pai, que, devido uma hipótese de traição, tinha jurado nunca mais retornar na ilha Brava.
- (B) Era a primeira vez, naqueles anos todos, que fazia referência o assunto a que tanto ansiava o seu coração.
- (C) Agora que estava indo na ilha Brava, só lhe apetecia falar dele, dele, com a certeza que se casariam.
- (D) Podia ter-lhe dito que regressasse à França, e ficasse só com as lembranças de amor que tivesse do passado.
- (E) Repetiu umas duas vezes ao nome do homem, e eu fiz associação sob ele para lembrar da pessoa conhecida.

10. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de colocação pronominal e de emprego do acento indicativo da crase.

- (A) Dirigindo-se à ilha Brava, só lhe apetecia falar dele, dele e mais dele, e não havia dúvida de que se casariam.
- (B) Poderia-lhe ter dito que voltasse para a França, mas fiquei calado e nem pude sorrir à ela naquele momento.
- (C) Ela chegou à me dizer que tinha casado-se em França, foi feliz, foi infeliz, viveu e morreu como todos nós.
- (D) Se ausentou ela por trinta anos e três dias. Chegaria à ilha Brava em breve para casar-se com o primeiro namorado.
- (E) Eu me encontrei com a mulher quando ela estava de volta à seu noivo deixado lá na ilha Brava há 30 anos.

11. Amanda e Bruna fizeram um bolo cada uma, tendo os dois bolos o mesmo peso. Parte dos dois bolos foi comida por quatro pessoas, sendo que duas comeram do bolo feito por Amanda e outras duas comeram do bolo feito por Bruna. Em se tratando do peso de cada bolo, uma pessoa comeu exatamente duas quintas partes do bolo feito por Amanda, e outra pessoa comeu uma quarta parte do que havia restado desse bolo. Do bolo de Bruna, uma pessoa comeu três sétimos, e outra pessoa comeu uma terça parte do que havia restado dele.

A diferença entre as sobras dos bolos de Amanda e de Bruna é igual a

- (A) $19/420$.
- (B) $23/420$.
- (C) $29/420$.
- (D) $31/420$.
- (E) $35/420$.

12. Em um vagão de trem, viajavam 96 passageiros, sendo a razão entre o número de mulheres e o número de homens igual a $5/7$. Após a parada em uma estação, o número de mulheres que embarcaram nesse vagão foi o dobro do número de homens que embarcaram, e nenhum dos passageiros que já estavam no trem desembarcou, fazendo com que a razão entre o número de mulheres e o número de homens passasse a $4/5$.

Depois da referida parada, o número total de passageiros nesse vagão passou a ser de

- (A) 99 pessoas.
- (B) 102 pessoas.
- (C) 103 pessoas.
- (D) 106 pessoas.
- (E) 108 pessoas.

13. O preço inicial de venda de um produto sofreu duas reduções sucessivas, sendo a primeira de 12% e a segunda de 10% sobre o preço de venda após a primeira redução.

Sabendo que, depois da segunda redução, o preço de venda do produto passou a ser R\$ 1.465,20, é correto afirmar que a diferença, em reais, entre os valores das duas reduções foi de

- (A) R\$ 57,40.
(B) R\$ 59,20.
(C) R\$ 61,30.
(D) R\$ 64,50.
(E) R\$ 65,90.
14. Uma piscina com determinada capacidade, inicialmente vazia, pode ser enchida por 5 torneiras, de mesma vazão, abertas simultaneamente por 20 horas.
- O tempo gasto a menos para encher essa mesma piscina, inicialmente vazia, utilizando-se, simultaneamente, 8 torneiras iguais às identificadas, mas todas com vazão 20% maior, é igual a
- (A) 5 horas e 25 minutos.
(B) 7 horas e 15 minutos.
(C) 8 horas e 40 minutos.
(D) 9 horas e 35 minutos.
(E) 10 horas e 25 minutos.
15. Uma sala tem a forma de um hexágono regular cujo lado mede $4\sqrt{3}$ m. O decorador quer colocar um tapete circular centralizado nessa sala. Assim, a menor distância entre o ponto médio de cada parede da sala e a borda do tapete deverá ser igual à medida do raio deste.
- Nessas condições, a área desse tapete deverá ser de
- Adote:** $\pi = 3,14$
- (A) 56,52 m².
(B) 42,84 m².
(C) 30,66 m².
(D) 28,26 m².
(E) 26,38 m².

- 16.** Considere que Maria de Lourdes é médica cardiologista e recentemente organizou uma equipe de profissionais da saúde para prestar informações à população sobre o impacto dos alimentos ultraprocessados no desenvolvimento de doenças cardiovasculares em crianças e adolescentes. Visando disseminar as informações pelo prazo de 60 (sessenta) dias, pensou em pedir autorização para utilizar a estrutura física de um quiosque municipal localizado na Praça Zumbi, no município de Praia Grande.

Com base nas informações hipotéticas apresentadas e no disposto na Lei Orgânica do município de Praia Grande, assinale a alternativa correta.

- (A) A autorização de uso de bem público foi extinta da legislação municipal, devendo Maria de Lourdes requerer uma permissão.
- (B) Maria de Lourdes não precisa solicitar autorização se o quiosque estiver vago, considerando o interesse público na atividade que ela deseja desempenhar.
- (C) Considerando que Maria de Lourdes deseja utilizar o quiosque por 60 (sessenta) dias, ela deverá solicitar a concessão administrativa de uso especial.
- (D) Diante da natureza da atividade que Maria de Lourdes deseja desenvolver, ela não precisa pedir autorização se o uso do bem se limitar a 180 (cento e oitenta) dias por ano.
- (E) Maria de Lourdes poderá obter a autorização, que será feita por portaria e que poderá incidir sobre qualquer bem público.

- 17.** Imagine que a imprensa divulgou a criação iminente do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Geográfico, Arqueológico, Artístico e Turístico de Praia Grande. Ao saber da novidade, os amigos Isabela, Débora, Caio e Laura resolveram procurar mais informações sobre como se dará o processo de escolha dos membros desse conselho.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei Orgânica do município de Praia Grande, é correto afirmar:

- (A) a eleição para membro do conselho ocorrerá no primeiro domingo do mês de outubro e, se eles forem eleitos, terão direito a um salário mínimo por mês.
- (B) os cinco membros do conselho serão nomeados anualmente pelo Poder Público Municipal e o conselho enviará à Câmara Municipal relatório semestral das atividades desenvolvidas.
- (C) os quatro amigos não poderão compor o conselho, pois veda-se que pessoas conhecidas sejam simultaneamente nomeadas pelo secretário de cultura.
- (D) para serem nomeados como membros do conselho, eles devem ter notórios conhecimentos em História, Geografia, Artes ou Turismo e ter, pelo menos, Ensino Superior.
- (E) a cada dois anos, será realizada uma eleição, sempre no último domingo de outubro, e os eleitos receberão mensalmente um auxílio de R\$ 1.000,00 (mil reais).

- 18.** Suponha que Maurício é servidor público do município de Praia Grande e, na última segunda-feira, ele foi preso em flagrante pela prática do crime de homicídio que vitimou seu vizinho.

De acordo com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Praia Grande (Lei Complementar nº 15/1992), é correto afirmar que Maurício

- (A) será considerado afastado do exercício do cargo, até a prolação da sentença.
- (B) poderá ser afastado do cargo por 180 (cento e oitenta) dias se a prisão em flagrante for convertida em preventiva.
- (C) será considerado afastado do exercício do cargo e, durante o afastamento, perderá um terço do vencimento ou remuneração, tendo direito à diferença se for, no final, absolvido.
- (D) deverá ser afastado do cargo por 30 (trinta) dias e perderá metade do seu salário, tendo direito à diferença se a sentença o declarar inocente.
- (E) perderá automaticamente o cargo público, tendo em vista a natureza do crime cometido.

- 19.** Considere que Leila e Marcos, casados, são pais de Nicolas, de 13 (treze) anos, e ambos são servidores públicos do município de Praia Grande.

De acordo com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Praia Grande (Lei Complementar nº 15/1992), é correto afirmar:

- (A) como Nicolas já é adolescente, Leila e Marcos não devem mais receber o salário-família.
- (B) tanto Leila quanto Marcos devem receber o salário-família até Nicolas completar 18 (dezoito) anos.
- (C) recentemente, o benefício do salário-família foi excluído da legislação municipal.
- (D) Leila ou Marcos receberão salário-família, calculado no valor de 3% (três por cento) da referência I inicial.
- (E) o pagamento do salário-família será feito a partir do ano seguinte em que for requerido, em virtude da necessidade de previsão orçamentária.

- 20.** De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande (Resolução nº 01/1991), redigir e transcrever as atas das sessões secretas compete ao

- (A) presidente da Câmara Municipal.
- (B) primeiro secretário.
- (C) segundo secretário.
- (D) líder da maioria.
- (E) presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. O Estado brasileiro adotou a forma federativa. Dentre os entes federados, o Município detém competência para legislar sobre assuntos de interesse local.

Tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o Município **não** detém competência para

- (A) instituir o feriado municipal comemorativo do Dia da Consciência Negra.
- (B) promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que possam causar impacto ambiental de âmbito local.
- (C) legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios.
- (D) legislar sobre meio ambiente com União e Estado, no limite de seu interesse local, e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.
- (E) por meio de lei, dispor sobre a autorização e exploração de serviço público de radiodifusão comunitária.

22. O controle preventivo da constitucionalidade material de projeto de lei poderá ser exercido

- (A) pelo Chefe do Poder Executivo, por meio do veto jurídico, fundado na inexistência de interesse público no projeto aprovado pelo Poder Legislativo.
- (B) somente pelo Poder Legislativo, por meio da Comissão de Constituição e Justiça, em caso de inconstitucionalidade que não possa ser superada pela interpretação conforme a Constituição.
- (C) pelo Poder Judiciário, julgando mandado de segurança impetrado por parlamentar com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo.
- (D) pelo Poder Judiciário, desde que a matéria seja manifestamente inconstitucional, por meio da ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada por quaisquer dos legitimados à propositura de ação objetiva.
- (E) pelo Poder Judiciário, desde que a matéria seja manifestamente inconstitucional, por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental, ajuizada por quaisquer dos legitimados à propositura de ação objetiva.

23. A Constituição Federal veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. Trata-se da previsão expressa do Estado laico.

Tendo em vista a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da laicidade do Estado e da liberdade religiosa, assinale a alternativa correta.

- (A) Não ofende a laicidade do Estado a norma que obrigue a manutenção de exemplar de determinado livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais.
- (B) A oficialização da Bíblia, como livro-base de fonte doutrinária para fundamentar princípios, usos e costumes de comunidades, igrejas e grupos em determinado Estado da federação, não ofende a laicidade do Estado, tendo em vista que o reconhecimento da relevância de um determinado livro, ainda que relacionado a determinada religião, desde que não implique em qualquer medida repressiva às demais crenças, não ofende a laicidade.
- (C) A presença de símbolos religiosos em prédios públicos, pertencentes a qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, não viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade.
- (D) É inconstitucional o ensino religioso confessional como disciplina facultativa dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- (E) Tendo em vista a primazia do direito à vida, não é válida a recusa, mesmo realizada por pessoa maior e capaz, à submissão a procedimento médico que envolva transfusão de sangue.

24. O vereador W, eleito, diplomado e no segundo ano de mandato no Município X, em viagem no Município Z, pertencente à mesma região metropolitana do Município X, encontrou um outro vereador, Y, também do Município X, e chamou-o publicamente de “corrupto” e “ladrão”, alegando que ele teria cometido atos ilícitos no exercício do mandato eletivo.

Considerando que havia uma investigação em curso no âmbito de um inquérito civil sobre as supostas ilicitudes praticadas pelo vereador Y, é correto afirmar que o vereador W

- (A) não poderá ser punido civil ou criminalmente por ser inviolável, no curso do mandato, por suas opiniões, palavras e votos.
- (B) não possui imunidade, pois a afirmativa não ocorreu dentro da Câmara de Vereadores, mas dispõe de imunidade formal, não podendo, assim, ser processado no curso do mandato.
- (C) possui imunidade material e formal, mas, como o fato ocorreu fora do âmbito da Câmara Municipal, não incide a imunidade, podendo, entretanto, eventual processo judicial ser suspenso pelo juízo até o término do inquérito civil.
- (D) não possui imunidade formal e, no caso, não incide a imunidade material.
- (E) poderá ter eventual processo judicial sustado pela maioria absoluta da Câmara Municipal até o fim do mandato.

25. Caio, controlador interno da Câmara Municipal, em procedimento de auditoria interna, descobre que uma grande área adquirida pelo Município por regular compra e venda no ano de 1969, foi declarada, no ano de 2009, por portaria do Ministro da Justiça, como área tradicionalmente ocupada por indígenas, tendo ocorrido a abertura de matrícula no cartório de registro de imóveis em nome da União. Pelo que consta da portaria do Ministro da Justiça, na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, havia ocupação indígena na área que era de propriedade do Município. Ademais, Caio descobriu que o Prefeito fora notificado da portaria do Ministro da Justiça e nada fez.

Acerca do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) O Prefeito deverá ser responsabilizado por improbidade administrativa, tendo em vista que permitiu a transferência do patrimônio do Município para a União sem postular qualquer indenização.
- (B) Não há qualquer direito à indenização, pois a Constituição Federal declara nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto o domínio de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas.
- (C) Sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito em razão da omissão, deve Caio notificar a advocacia pública do Município para que ajuíze a ação pertinente buscando reaver a propriedade da área ou a condenação da União ao pagamento de indenização pelo apossamento administrativo.
- (D) Somente as áreas cuja ocupação por indígenas ocorreu após a promulgação da Constituição Federal de 1988 podem ser declaradas como bens públicos da União, sob pena de efeito retroativo da vigente Constituição.
- (E) A pretensão do Município em ser indenizado pela perda da área em razão do apossamento da União encontra-se prescrita, em razão do decurso de prazo superior a 15 anos.

26. A Administração Pública de município do Estado de São Paulo tem realizado diversas compras desde o início da atual gestão sem a formalização por meio de instrumento contratual, inclusive, em algumas situações, realizando compras mediante contrato verbal. Isso tem causado desconfiância por parte dos órgãos de controle interno da municipalidade, que passaram a questionar a legalidade do procedimento adotado.

Diante da situação apresentada e do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar:

- (A) o procedimento é ilegal em função da obrigatoriedade do instrumento contratual nas compras.
- (B) nas hipóteses de compra com dispensa de licitação, mostra-se obrigatório o instrumento contratual.
- (C) nas compras que resultarem obrigações futuras ao contratante, não ocorrendo hipótese de dispensa, o instrumento contratual poderá ser substituído por outro documento hábil.
- (D) será nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, independentemente do valor das compras.
- (E) nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e das quais não resultem obrigações futuras, pode ocorrer a substituição do instrumento contratual por outro instrumento hábil.

27. Alípio, auditor de município paulista, constatou, em processo administrativo, que o gestor Romualdo destinou verba municipal, oriunda do Sistema Único de Saúde, a instituição privada com finalidades lucrativas e prestadora de serviço de saúde, sob a justificativa de concessão de subvenção e auxílio. Diante do ocorrido, é correto afirmar, de acordo com a previsão na Lei nº 8.080/1990:

- (A) é vedada a destinação mencionada, exceto se a instituição beneficiária estiver voltada à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde.
- (B) a conduta mencionada é expressamente autorizada pela legislação em todas as situações em que presente o interesse público devidamente fundamentado.
- (C) a conduta mencionada é expressamente autorizada pela legislação em todas as situações e não condicionada à justificativa do gestor público.
- (D) a conduta mencionada é expressamente vedada pela legislação, sem exceção.
- (E) é possível a destinação mencionada, desde que presente situação emergencial na área da saúde.

28. Foram veiculadas denúncias em jornal local contra concessionária de serviço público municipal, apontando inúmeras falhas na prestação do serviço. Diante das denúncias, pressionado, o prefeito municipal decidiu tomar medidas urgentes. Editou um decreto determinando a caducidade do serviço pelo poder público, antes mesmo da oitiva prévia da empresa contratante. Somente após a decretação de caducidade, determinou a abertura de processo administrativo para apuração das responsabilidades da concessionária.

Com base na situação apresentada e considerando a inexistência de cláusulas contratuais específicas, além da sujeição do contrato às disposições da Lei de Concessões (nº 8.987/1995), assinale a alternativa correta.

- (A) As medidas tomadas pelo poder público estão de acordo com a previsão legal.
- (B) As medidas tomadas pelo poder público estão equivocadas, pois a inexecução parcial do contrato não pode acarretar a caducidade, mas apenas a imposição de sanções contratuais.
- (C) A instauração de processo administrativo visando à decretação de caducidade fica condicionada à prévia notificação da concessionária, apontando as falhas e concedendo prazo razoável para a correção das irregularidades.
- (D) A declaração da caducidade fica condicionada à prévia indenização à concessionária das parcelas dos investimentos dos bens não amortizadas.
- (E) Declarada a caducidade, responde o poder público subsidiariamente pelas obrigações contratuais da concessionária para com terceiros.

29. Assinale a alternativa correta sobre os consórcios públicos, à luz da previsão da Lei nº 11.107/2005.

- (A) O consórcio público estará sujeito à fiscalização contábil pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, o que dispensa o controle externo em razão de cada um dos contratos de rateio.
- (B) É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas.
- (C) Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público e pelos atos praticados em desconformidade com a lei.
- (D) A retirada do ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada por decreto.
- (E) Poderá ser liminarmente excluído do consórcio público o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

30. Nos termos da previsão da Lei nº 9.394/1996, são consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam
- (A) à concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.
 - (B) à subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.
 - (C) a trabalhadores da educação, quando em atividade alheia à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.
 - (D) a programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social.
 - (E) a obras de infraestrutura realizadas para beneficiar diretamente a rede escolar.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

31. Segundo estabelece a Lei Complementar nº 101/2000, para efeito de consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, as contas apresentadas pelo chefe do Poder Executivo deverão ficar disponíveis, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, durante o
- (A) mandato.
 - (B) exercício todo.
 - (C) bimestre.
 - (D) trimestre.
 - (E) quadrimestre.
32. Considerando o exercício financeiro, é correto afirmar que o regime orçamentário adotado no Brasil é
- (A) misto, porque considera o regime de competência para as despesas empenhadas e o regime de caixa para as receitas arrecadadas.
 - (B) misto, porque considera o regime de caixa para as despesas empenhadas e o regime de competência para as receitas arrecadadas.
 - (C) de competência, porque considera que pertencem ao mesmo exercício tanto as despesas empenhadas como as receitas arrecadadas.
 - (D) de caixa, porque considera que pertencem ao mesmo exercício tanto as despesas empenhadas como as receitas arrecadadas.
 - (E) anual, porque adota como exercício financeiro o ano civil, no qual são consideradas tanto as receitas previstas como as despesas efetivamente pagas.

33. Assinale a alternativa que está em consonância com as disposições constitucionais no que se refere aos orçamentos.

- (A) A transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, exceto por antecipação de receitas, são autorizadas aos governos estaduais para pagamento de despesas com pessoal dos respectivos municípios.
- (B) É permitida a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, diante da prévia autorização legislativa.
- (C) É vedada a elaboração de legislação específica objetivando autorizar a utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para o fim de suprir déficit de fundações e fundos.
- (D) A criação de fundo público é permitida, ainda que seus objetivos possam ser alcançados mediante a vinculação de receitas orçamentárias específicas ou a execução direta por programação orçamentária e financeira de órgão ou entidade da administração pública.
- (E) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados e nos dois subsequentes, incluindo aqueles cujo ato de autorização for promulgado no último quadrimestre do exercício.

34. Na repartição das receitas tributárias, 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações de circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) pertence aos municípios e será creditado de acordo com os critérios constitucionais.

Nesse sentido, de acordo com o que dispuser a lei estadual, o percentual referente ao critério que leva em consideração os indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento de equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos, será de até

- (A) 10%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 35%.
- (E) 65%.

35. Assinale a alternativa correta em relação ao tributo acerca do qual a assertiva dispõe.

- (A) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico têm incidência sobre as receitas decorrentes de exportação.
- (B) Os estados têm competência para instituir contribuição, na forma das respectivas leis, visando ao custeio de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- (C) A União, no caso de investimento público de caráter urgente de relevante interesse nacional, poderá, por lei complementar, instituir empréstimos compulsórios, com observância do princípio da anterioridade.
- (D) Os municípios que optarem pela fiscalização e pela cobrança do imposto da União sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) terão direito a parte do produto de sua arrecadação no percentual de 50%.
- (E) A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) não poderá, em qualquer situação, ser atualizada pelo Poder Executivo por afronta ao princípio da legalidade.

CONTROLE INTERNO E EXTERNO

36. A fundamentação econômica da governança corporativa nas organizações privadas ou públicas pode ser encontrada na ideia de

- (A) moralidade e função social da empresa.
- (B) existência de custos de agência.
- (C) funcionamento eficiente do sistema de preços.
- (D) independência do valor dessas em relação à sua estrutura de capital.
- (E) proteção aos investidores minoritários.

37. O gerenciamento de riscos corporativos é um processo

- (A) exclusivo da diretoria executiva, com foco principal na maximização de lucros de curto prazo e redução de prejuízos decorrentes de acidentes.
- (B) voltado para a mitigação total dos riscos operacionais, garantindo a eliminação completa de incertezas, considerando que estas são as fontes de prejuízos causados à organização e à comunidade.
- (C) aplicado apenas após a ocorrência de eventos de risco, com o objetivo de responsabilização interna, dado que a toda conduta lesiva deve corresponder uma sanção e uma reparação compatíveis.
- (D) realizado de forma isolada pelos departamentos de auditoria e compliance, sem necessidade de integração com a estratégia organizacional, visto que se tratam de instrumentos distintos de gestão.
- (E) conduzido pelo conselho de administração, diretoria e empregados, visando identificar eventos que possam afetar a organização, compatibilizar os riscos com o apetite ao risco e possibilitar garantia razoável do cumprimento dos objetivos.

38. As multas aplicadas pelos Tribunais de Contas

- (A) serão apuradas em valores fixos e terão eficácia de título executivo judicial.
- (B) são apuradas como múltiplos da remuneração anual do agente público envolvido.
- (C) poderão ser proporcionais ao eventual dano causado ao erário.
- (D) têm eficácia de instrumento público, requerendo ação monitória para cobrança.
- (E) serão cobradas judicialmente pelo Ministério Público de Contas.

39. Durante auditoria de regularidade na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, o auditor de controle interno identificou que, por iniciativa dessa Secretaria, no início do exercício, foi editado pelo prefeito um decreto municipal concedendo isenção de IPTU, válida por cinco anos, para empresas que se instalarem em determinadas áreas da cidade definidas como “zonas especiais de interesse econômico-social”. A medida, segundo a exposição de motivos do decreto, visa estimular o desenvolvimento local e a geração de empregos. Ao analisar os autos administrativos que instruíram a edição do decreto, o auditor constatou que: (i) não consta estimativa do impacto orçamentário-financeiro da renúncia para o exercício corrente nem para os dois subsequentes; (ii) não há demonstração de que a medida tenha sido considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual; (iii) não foram apresentadas medidas compensatórias, tampouco implementadas antes da entrada em vigor da isenção; (iv) a renúncia não é geral, pois se aplica apenas a empresas de certos setores e localizadas em regiões delimitadas.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e considerando as funções do controle interno, assinale a alternativa correta.

- (A) A renúncia de receita é legal, pois se destina a promover desenvolvimento econômico e está vinculada a critérios de interesse público, ainda que sem previsão na lei orçamentária.
- (B) A ausência de medidas compensatórias pode ser suprida pela posterior edição de lei majorando alíquota de outro tributo, mesmo após a entrada em vigor da isenção.
- (C) O benefício concedido por decreto é válido, desde que os efeitos financeiros da renúncia sejam compensados por aumento de receita no mesmo exercício, ainda que não previamente estimado o impacto.
- (D) A concessão de benefício tributário de caráter não geral sem estimativa de impacto financeiro e sem compensação viola o art. 14 da LRF, sendo vedada sua implementação.
- (E) A medida não configura renúncia de receita nos termos da LRF, pois a isenção foi concedida como instrumento de política pública, com base em interesse social e para desenvolvimento regional.

40. O servidor João foi designado para gerenciar um convênio entre o Estado de São Paulo e uma associação privada sem fins lucrativos, à qual foram repassados recursos públicos estaduais. Após a execução do convênio, verificou-se a ausência de prestação de contas de parte dos valores.

Considerando a Lei Complementar nº 709/1993, é correto afirmar:

- (A) se a associação vier a ser extinta sem transferência de qualquer patrimônio a terceiros, seus responsáveis legais poderão ser responsabilizados pelo Tribunal de Contas no lugar da associação.
- (B) caso a associação tenha repassado parte dos recursos a uma empresa subcontratada, esta não poderá ser alcançada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) por não ter firmado contrato direto com o Estado.
- (C) a responsabilidade de João, como gestor do convênio, pode ser afastada automaticamente mediante relatório de atividades apresentado pela associação.
- (D) a responsabilidade pela ausência de prestação de contas será apurada exclusivamente na esfera administrativa do órgão que repassou os recursos, não cabendo manifestação do TCE.
- (E) a associação, por ter recebido e administrado recursos públicos estaduais, está sujeita à jurisdição do Tribunal de Contas, que poderá responsabilizá-la solidária ou individualmente, conforme o caso.

AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO

41. No que tange à fiscalização das contas anuais e da gestão do Governo do Estado, o prazo para inserção do Balanço Geral do Exercício, pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, no processo eletrônico de acompanhamento da execução orçamentária e financeira – contas do governador, é

- (A) até o dia 15 do segundo mês subsequente ao quadrimestre encerrado.
- (B) até 30 dias do mês de encerramento anual das contas do estado.
- (C) até o dia 30 do mês subsequente ao trimestre encerrado.
- (D) até 15 dias do mês seguinte ao encerramento do semestre.
- (E) ao final de cada trimestre, no período de gestão estadual.

42. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a documentação a ser apresentada pela Secretaria da Fazenda e do Planejamento, no processo eletrônico específico, relacionada às contas do governador.

- (A) Demonstrativo dos valores pagos aos servidores públicos e ao Regime Geral de Previdência Social para o saneamento das aposentadorias, pensões e assistência médica, por entidade da administração direta e indireta.
- (B) Demonstrativo das retenções para pagamento de pessoal da administração direta e das entidades públicas, individualizado por entidade.
- (C) Demonstrações contábeis completas, englobando as execuções financeiras das administrações direta e indireta, demonstrando valores acumulados até o trimestre em exame.
- (D) Informação da Secretaria responsável pelas pastas de Fazenda e do Planejamento sobre o acompanhamento e a avaliação dos resultados dos programas aprovados por meio do Plano Plurianual implementado no exercício, com as justificativas, no último quadrimestre, relativas ao não atingimento de metas.
- (E) Demonstrativo das transferências às empresas privadas relativas à dívida contratual, diante das transferências voluntárias, bem como o acompanhamento e a avaliação dos resultados dos programas aprovados por meio do Plano Plurianual implementado no exercício, com as justificativas, no último quadrimestre, relativas ao não atingimento de metas.

43. O objeto de uma auditoria _____ é definido pelos objetivos e pelas questões de auditoria. Os objetos podem ser programas específicos, entidades, fundos ou certas atividades (com seus produtos, resultados e impactos), situações encontradas (incluindo causas e efeitos), assim como informações financeiras ou não financeiras sobre qualquer um desses elementos. O auditor mensura ou avalia o objeto para avaliar se os critérios estabelecidos foram ou não atendidos.

Referente ao tipo de auditoria, assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- (A) de gestão
- (B) operacional
- (C) de conformidade
- (D) financeira
- (E) de asseguuração

44. Ao aplicar os procedimentos de auditoria em sua profundidade e extensão, constando o exame de auditoria suficiente, e o auditor identificar um problema na demonstração do resultado do exercício, para o qual não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente a fim de que possa fundamentar sua opinião e concluir que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, caso existam, podem ser relevantes e generalizados, o auditor poderá emitir uma opinião.

Tendo isso como premissa, o auditor concluiu que emitirá uma opinião

- (A) com ressalva.
- (B) com ênfase.
- (C) adversa.
- (D) não modificada.
- (E) com abstenção.

45. Assinale a alternativa correta, tendo como base as normas de auditoria aplicáveis ao setor público.

- (A) A materialidade é relevante nas auditorias de gestão. Determinar a materialidade é uma questão estatística e depende da interpretação do auditor acerca das necessidades dos gestores.
- (B) É essencial que a equipe de auditores seja mantida informada de todas as questões relacionadas com a auditoria. Isso é a chave para o desenvolvimento de uma relação de trabalho reativa.
- (C) Os auditores devem preparar documentação de auditoria que seja suficientemente detalhada para fornecer uma compreensão clara do trabalho realizado, da evidência obtida e das conclusões alcançadas.
- (D) Os riscos de fraudes ou erros intencionais serão mitigados pelos procedimentos de auditoria de investigação ou revisão analítica, suficiente para a estratégia de monitoramento desses riscos.
- (E) Os auditores devem executar procedimentos de auditoria que forneçam evidência de auditoria suficiente e apropriada para manter o responsável pela governança da entidade informado sobre a condução e execução dos trabalhos.

46. Determinada entidade pública apresentou, no final do último exercício, as informações listadas no quadro a seguir:

Contas	Valor em R\$
Taxas de Controle e Fiscalização Ambiental	184.800,00
Atualização Monetária de Precatórios	154.000,00
Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana	1.575.200,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	127.600,00
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	1.056.000,00
Delegações Concedidas	347.600,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	299.200,00
Incorporação de Passivos	286.000,00
Valorização e Ganhos com Ativos	168.000,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	158.400,00

Considerando as informações dadas, qual é o valor das Variações Patrimoniais Diminutivas?

- (A) R\$ 1.716.000,00.
- (B) R\$ 1.848.000,00.
- (C) R\$ 2.002.000,00.
- (D) R\$ 2.156.000,00.
- (E) R\$ 2.170.000,00.

47. A metodologia utilizada para a estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público foi a segregação das contas contábeis em grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados. Essa metodologia permite o registro dos dados contábeis de forma organizada e facilita a análise das informações de acordo com sua natureza. Os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público são registrados, processados e evidenciados na natureza de informação:

- (A) patrimonial.
- (B) de controle.
- (C) orçamentária.
- (D) de custos.
- (E) fiscal.

48. Em conformidade com a legislação em vigor, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes, anexo com
- (A) previsão da dívida fundada e flutuante e da fonte de recursos para o adimplemento em tempo hábil e para a proporção dos investimentos alocados no orçamento e em andamento.
 - (B) mensuração dos programas anuais de trabalho do governo e agregados fiscais, notadamente para os investimentos, em andamento, que estão previstos no plano plurianual.
 - (C) detalhamento do fluxo de caixa do Tesouro, com vistas ao planejamento das inversões financeiras alocadas na lei orçamentária anual.
 - (D) previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.
 - (E) especificação das políticas monetárias e cambial com vistas ao maior atendimento proporcional dos investimentos previstos no plano plurianual.
49. A divulgação dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento é importante para a previsão de exigências de fluxos futuros por parte dos provedores de capital.
- É exemplo de fluxo de caixa relacionado às atividades de financiamento:
- (A) pagamentos em caixa por arrendatário, para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.
 - (B) recebimentos de caixa por liquidação de amortização de empréstimos concedidos a terceiros.
 - (C) pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo.
 - (D) recebimentos de caixa de sinistros e outros benefícios da apólice.
 - (E) pagamentos para aquisição de instrumentos patrimoniais.

R A S C U N H O

50. Considere as seguintes informações de determinada entidade pública ao final do exercício de 2024.
- | Descrição | Valor – R\$ |
|---|-------------|
| receita orçamentária prevista | 49.000,00 |
| despesa orçamentária fixada | 49.000,00 |
| lançamento de receita de impostos | 13.720,00 |
| empenho da despesa orçamentária | 38.220,00 |
| fornecedores a pagar | 3.920,00 |
| salários a pagar | 6.860,00 |
| despesa extraorçamentária paga – depósitos restituíveis | 8.820,00 |
| liquidação da despesa orçamentária | 36.260,00 |
| arrecadação da receita orçamentária | 50.960,00 |
| restos a pagar processados pagos | 14.700,00 |
| restos a pagar processados inscritos | 12.320,00 |
| despesa orçamentária paga | 29.400,00 |
| transferência financeira recebida | 17.860,00 |
| créditos tributários a receber | 10.780,00 |
| saldo do exercício anterior – caixa e equivalentes de caixa | 9.800,00 |
- Analisando as informações apresentadas e de acordo com os procedimentos contábeis, o Balanço Financeiro apresentará um saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício seguinte igual a:

- (A) R\$ 90.940,00.
- (B) R\$ 61.740,00.
- (C) R\$ 43.900,00.
- (D) R\$ 38.020,00.
- (E) R\$ 29.200,00.

R A S C U N H O

